REDAÇÃO FINAL MEDIDA PROVISÓRIA Nº 472-C DE 2009 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1 DE 2010

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 11.948, de 16 de junho de 2009; 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.977, de 7 de junho de 2009; revoga dispositivos das Leis n°s 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - REPENEC

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC,

nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.

Art. 2º É beneficiária do Repenec a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e uréia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.

- § 1º Compete ao Ministério de Minas e Energia a aprovação de projeto e a definição, em portaria, dos projetos que se enquadram nas disposições do caput.
- § 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao Repenec.
- § 3º A fruição dos benefícios do Repenec fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
- § 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos protocolados até 31 de dezembro de 2010 e aprovados até 30 de junho de 2011.

- Art. 3º No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras referidas no caput do art. 2º, ficam suspensos:
- I a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Repenec;
- II a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Repenec;
- III o Imposto sobre Produtos Industrializados IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Repenec;
- IV o IPI incidente na importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Repenec;
- V o Imposto de Importação, quando os bens ou materiais de construção forem importados por pessoa jurídica beneficiária do Repenec.
 - § 1º Nas notas fiscais relativas:
- I às vendas de que trata o inciso I do caput, deverá constar a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS", com a especificação do dispositivo legal correspondente;

- II às saídas de que trata o inciso III do caput, deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
- § 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.
- § 3º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção na obra de infraestrutura fica obrigada a recolher as contribuições e o imposto não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação DI, na condição:
- I de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação, ao IPI vinculado à importação e ao Imposto de Importação;
- II de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.
- § 4º Para efeitos deste artigo, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.
- § 5° O disposto nos incisos III e IV não se aplica aos bens de informática e automação, com similar nacional, relacionados pelo Poder Executivo com base no § 1° do art. 4° ou § 2° do art. 16-A da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2° do art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

- § 6º No caso do imposto de importação, o disposto neste artigo aplica-se somente a bens e materiais de construcão sem similar nacional.
- Art. 4º No caso de venda ou importação de serviços destinados às obras referidas no caput do art. 2º, ficam suspensas:
- I a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País quando prestados a pessoa jurídica beneficiária do Repenec;
- II a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre serviços quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Repenec.
- § 1º Nas vendas ou importação de serviços de que trata o *caput*, aplica-se, no que couber, o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º desta Lei.
- § 2º O disposto no inciso I do caput aplica-se também na hipótese de receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização em obras de infraestrutura quando contratados por pessoa jurídica beneficiária do Repenec.
- Art. 5º Os benefícios de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei podem ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data de habilitação ou co-habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.
- § 1º Na hipótese de transferência de titularidade de projeto de infraestratura aprovado no Repenec durante o perío-

do de fruição do benefício, a habilitação do novo titular do projeto fica condicionada a:

- I manutenção das características originais do projeto, conforme manifestação do Ministério de Minas e Energia;
- II observância do limite de prazo estipulado no
 caput deste artigo, contado desde a habilitação do primeiro
 titular do projeto;
- III revogação da habilitação do antigo titular do projeto.
- § 2º Na hipótese de transferência de titularidade de que trata o § 1º, são responsáveis solidários pelos tributos suspensos os antigos titulares e o novo titular do projeto.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO - PROUCA E DO REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO EDUCACIONAL - RECOMPE

- Art. 6º Fica criado o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e instituído o Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 7º a 14 desta Lei.
- Art. 7º O Prouca tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital ou municipal, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática constituídas de equipamentos de informática, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.
- § 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Fazenda estabelecerá definições, especificações e características técnicas mínimas dos equipamentos referidos no

caput, podendo inclusive determinar os valores mínimos e máximos alcançados pelo Prouca.

- § 2º Incumbe ao Poder Executivo:
- I relacionar os equipamentos de informática de que trata o caput; e
- II estabelecer processo produtivo básico específico, definindo etapas mínimas e condicionantes de fabricação dos equipamentos de que trata o caput.
- § 3º Os equipamentos mencionados no caput destinam-se ao uso educacional por alunos e professores das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital ou municipal, exclusivamente como instrumento de aprendizagem.
- § 4º A aquisição a que se refere o *caput* será realizada por meio de licitação pública, observados termos e legislação vigentes.
- Art. 8° É beneficiária do Recompe a pessoa jurídica habilitada que exerça atividade de fabricação dos equipamentos mencionados no art. 7° e que seja vencedora do processo de licitação de que trata o § 4° daquele artigo.
- § 1º Também será considerada beneficiária do Recompe a pessoa jurídica que exerça a atividade de manufatura terceirizada para a vencedora do processo de licitação referido no § 4º do art. 7º.
- § 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de

2002, e o inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao Recompe.

- § 3º O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata o caput.
- Art. 9º O Recompe suspende, conforme o caso, a exigência:
- I do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;
- II da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS incidentes sobre a receita decorrente da:
- a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;
- b) prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País a pessoa jurídica habilitada ao regime quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 7°;
- III do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação incidentes sobre:
- a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime;

- b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 7°.
- Art. 10. Ficam isentos de IPI os equipamentos de informática saídos da pessoa jurídica beneficiária do Recompe diretamente para as escolas referidas no art. 7°.
- Art. 11. As operações de importação efetuadas com os benefícios previstos no Recompe dependem de anuência prévia do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno de bens e serviços adquiridos com os benefícios previstos no Recompe devem:

- I estar acompanhadas de documento emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, atestando que a operação é destinada ao Prouca;
- II conter a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigência do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente e do número do atestado emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Art. 12. A fruição dos benefícios do Recompe fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- Art. 13. A pessoa jurídica beneficiária do Recompeterá a habilitação cancelada:
- I na hipótese de não atender ou deixar de atender ao processo produtivo básico específico referido no inciso II do § 2º do art. 7º desta Lei;

II - sempre que se apure que não satisfazia ou deixou de satisfazer, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime; ou

III - a pedido.

Art. 14. Após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços adquiridos ou importados com os benefícios do Recompe nos equipamentos mencionados no art. 7°, a suspensão de que trata o art. 9° converte-se em alíquota 0 (zero).

Parágrafo único. Na hipótese de não se efetuar a incorporação ou utilização de que trata o caput, a pessoa jurídica beneficiária do Recompe fica obrigada a recolher os tributos não pagos em função da suspensão de que trata o art. 9°,
acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da
lei, contados a partir da data de aquisição ou do registro da
Declaração de Importação - DI, na condição de:

I - contribuinte, em relação ao IPI vinculado à importação, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação;

II - responsável, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.

CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 15. O art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Para fazer jus aos benefícios previstos no art. 4º desta Lei, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação deverão investir, anualmente, em

atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no País, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma desta Lei ou do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, ou do art. 4º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, a partir da apresentação da proposta de projeto de que trata o § 1º-C do art. 4º desta Lei.

•••••

§ 13. Para as empresas beneficiárias, na forma do § 5º do art. 4º desta Lei, fabricantes de microcomputadores portáteis e de unidades de processamento digitais de pequena capacidade baseadas em microprocessadores, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), bem como de unidades de discos magnéticos e ópticos, circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos montados, gabinetes e fontes de alimentação, reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a tais equipamentos, e exclusivamente sobre o faturamento bruto decorrente da comercialização desses produtos no mercado interno, os percentuais para investimentos estabelecidos neste artigo serão reduzidos em 25% (vinte e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2014.



		Art.	16	. 0	art.	2 °	da	Lei	п°	8.387,	de	30	de	dezembro
de	1991,	passa	a	vig	orar	com	a	segu	inte	redaçã	ão:			

"Art.	2°	• • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • •

§ 3º Para fazer jus aos benefícios previstos neste artigo, as empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviços de informática deverão aplicar, anualmente, no mínimo 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma desta Lei, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma do § 2º deste artigo, ou da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991, ou do art. 4° da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, com base em proposta de projeto a ser apresentada à Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

......

§ 13. Para as empresas beneficiárias, fabricantes de microcomputadores portáteis e de unidades de processamento digitais de pequena capacidade baseadas em microprocessadores, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), bem como de unidades de discos magnéticos e ópticos, circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos montados, gabinetes e fontes de alimentação, reconhecíveis como ex-

clusiva ou principalmente destinados a tais equipamentos, e exclusivamente sobre o faturamento bruto decorrente da comercialização desses produtos no mercado interno, os percentuais para investimentos estabelecidos neste artigo serão reduzidos em 25% (vinte e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2014.

..... "(NR)

Art. 17. 0 art. 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30.....

II - aplicam-se às vendas efetuadas até 31
de dezembro de 2014."(NR)

Art. 18. Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota do Imposto de Renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços vinculados aos processos de avaliação da conformidade, metrologia, normalização, inspeção sanitária e fitossanitária, homologação, registros e outros procedimentos exigidos pelo país importador sob o resguardo dos acordos sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e sobre barreiras técnicas ao comércio (TBT), ambos do âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, de que trata a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º não se aplica à remuneração de serviços prestados por pessoa física ou jurídi-

ca residente ou domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiada por regime fiscal privilegiado, de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 19. O art. 2º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	2°	• • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • •
		• • • • • • • • • • • •	

XI - valor pago, creditado, entregue, empregado ou remetido à pessoa física ou jurídica a título de remuneração de serviços vinculados aos processos de avaliação da conformidade, metrologia, normalização, inspeção sanitária e fitossanitária, homologação, registros e outros procedimentos exigidos pelo país importador sob o resguardo dos acordos sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e sobre barreiras técnicas ao comércio (TBT), ambos do âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC.

Parágrafo único. O disposto no inciso XI não se aplica à remuneração de serviços prestados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiada por regime fiscal privilegiado, de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996."(NR)

Art. 20. Os arts. 2°, 3° e 4° da Lei n° 11.484, de 31 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	2°	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • •
	• • • • • • • • • • • • •		

	III ·	- circu	itos	impres	sos	class	ifi	cados	na
posição	85.34.	00.00 d	a Nom	enclatu	ıra	Comum	do	Mercos	sul
- NCM, a	a ativi	dade de	fabr	icação	da	placa	de	circui	Lto
impresso	a par	tir do :	lamina	ado cok	orea	do.			

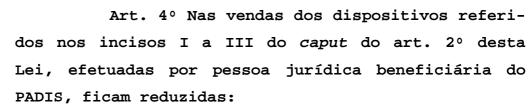
•••••

§ 5° O disposto no inciso I do *caput* alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso (*chip on board*), classificada nos códigos 8534.00.00 ou 8523.51 da Tabela de Incidência dos Impostos sobre Produtos Industrializados - TIPI."(NR)

"Art. 3º No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, para incorporação ao ativo
imobilizado da pessoa jurídica adquirente no mercado
interno ou importadora, destinados às atividades de
que tratam os incisos I a III do caput do art. 2º
desta Lei, ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas:

•••••

§ 5º Conforme ato do Poder Executivo, nas condições e pelo prazo nele fixados e desde que destinados às atividades de que tratam os incisos I a III do caput do art. 2º desta Lei, poderá também ser reduzida a 0 (zero) a alíquota do Imposto de Importação - II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, ferramentas computacionais (software), para incorporação ao seu ativo imobilizado, e insumos importados por pessoa jurídica beneficiária do Padis."(NR)



•••••

§ 2º As reduções de alíquotas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo relativamente às vendas dos dispositivos referidos nos incisos II e III do caput do art. 2º desta Lei aplicam-se somente quando as atividades referidas nas alíneas a ou b do inciso II e no inciso III do caput do art. 2º desta Lei tenham sido realizadas no País.

..... "(NR)

Art. 21. O art. 5° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O benefício de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura.

Parágrafo único. O prazo para fruição do regime, para pessoa jurídica já habilitada na data de publicação da Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, fica acrescido do período transcorrido entre a data da aprovação do projeto e a data da habilitação da pessoa jurídica."(NR)

CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 22. O art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro
de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:
"Art. 14
VII - que explorem as atividades de securi-
tização de créditos imobiliários, financeiros e do
agronegócio."(NR)
Art. 23. O art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro
de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5°:
"Art. 44
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •
§ 5º Aplica-se também, no caso de que seja
comprovadamente constatado dolo ou má-fé do contri-
buinte, a multa de que trata o inciso I do caput so-
bre:
I - a parcela do imposto a restituir infor-
mado pelo contribuinte pessoa física, na Declaração
de Ajuste Anual, que deixar de ser restituída por in-
fração à legislação tributária; e
II - o valor das deduções e compensações
indevidas informadas na Declaração de Ajuste Anual da
pessoa física."(NR)
Test OA dem market a de démande de col OO de Test

Art. 24. Sem prejuízo do disposto no art. 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, os juros pagos ou creditados por fonte situada no Brasil à pessoa física ou jurídica, vinculada nos termos do art. 23 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, residente ou domiciliada no exterior, não constituída em país ou dependência com tributação favorecida

ou sob regime fiscal privilegiado, somente serão dedutíveis, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, quando se verifique constituírem despesa necessária à atividade, conforme definida pelo art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, no período de apuração, atendendo aos seguintes requisitos:

- I no caso de endividamento com pessoa jurídica vinculada no exterior que tenha participação societária na pessoa jurídica residente no Brasil, de que o valor do endividamento com a pessoa vinculada no exterior, verificado por ocasião da apropriação dos juros, não seja superior a 2 (duas) vezes o valor da participação da vinculada no patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil;
- II no caso de endividamento com pessoa jurídica vinculada no exterior que não tenha participação societária na pessoa jurídica residente no Brasil, de que o valor do endividamento com a pessoa vinculada no exterior, verificado por ocasião da apropriação dos juros, não seja superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil;
- III em qualquer dos casos dos incisos I e II, de que o valor do somatório dos endividamentos com pessoas vinculadas no exterior, verificado por ocasião da apropriação dos juros, não seja superior a 2 (duas) vezes o valor do somatório das participações de todas as vinculadas no patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil.
- § 1º Para efeito do cálculo do total de endividamento a que se refere o caput, serão consideradas todas as formas e

prazos de financiamento, independentemente de registro do contrato no Banco Central do Brasil.

- § 2º Aplica-se o disposto neste artigo às operações de endividamento de pessoa jurídica residente ou domiciliada no Brasil em que o avalista, fiador, procurador ou qualquer interveniente for pessoa vinculada.
- § 3º Verificando-se excesso em relação aos limites fixados nos incisos I a III do *caput* deste artigo, o valor dos juros relativos ao excedente será considerado despesa não necessária à atividade da empresa, conforme definido pelo art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e indedutível para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- § 4º Os valores do endividamento e da participação da vinculada no patrimônio líquido, a que se refere este artigo, serão apurados pela média ponderada mensal.
- § 5° O disposto no inciso III do *caput* não se aplica no caso de endividamento exclusivamente com pessoas vinculadas no exterior que não tenham participação societária na pessoa jurídica residente no Brasil, aplicando-se o critério do § 6° deste artigo.
- § 6º Na hipótese a que se refere o § 5º deste artigo, é requisito que o somatório dos valores de endividamento com todas as vinculadas sem participação no capital da entidade no Brasil, verificado por ocasião da apropriação dos juros, não seja superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil.
- Art. 25. Sem prejuízo do disposto no art. 22 da Lei nº 9.430, 27 de dezembro de 1996, os juros pagos ou creditados por fonte situada no Brasil à pessoa física ou jurídica resi-

dente, domiciliada ou constituída no exterior, em país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, somente serão dedutíveis, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, quando se verifique constituírem despesa necessária à atividade, conforme definida pelo art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, no período de apuração, atendendo ao requisito de que o valor total do somatório dos endividamentos com todas as entidades situadas em país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado não seja superior a 30% (trinta por cento) do valor do patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil.

- § 1º Para efeito do cálculo do total do endividamento a que se refere o *caput*, serão consideradas todas as formas e prazos de financiamento, independentemente de registro do contrato no Banco Central do Brasil.
- § 2º Aplica-se o disposto neste artigo às operações de endividamento de pessoa jurídica residente ou domiciliada no Brasil, em que o avalista, fiador, procurador ou qualquer interveniente for residente ou constituído em país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado.
- § 3º Verificando-se excesso em relação ao limite fixado no *caput* deste artigo, o valor dos juros relativos ao excedente será considerado despesa não necessária à atividade da empresa, conforme definida pelo art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e indedutível para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

§ 4º Os valores do endividamento e do patrimônio líquido a que se refere este artigo serão apurados pela média ponderada mensal.

Art. 26. Sem prejuízo das normas do IRPJ, são indedutíveis na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a qualquer título, direta ou indiretamente, a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou constituídas no exterior e submetidas a um tratamento de país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado, na forma dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, salvo se houver, cumulativamente:

- I a identificação do efetivo beneficiário, destinatário dessas importâncias;
- II a comprovação da capacidade operacional ou financeira da pessoa física ou entidade no exterior de realizar a operação; e
- III a comprovação documental do pagamento do preço respectivo e do recebimento dos bens, direitos ou a utilização de serviço.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso I do caput, considerar-se-á como efetivo beneficiário a pessoa física ou jurídica, não constituída com o único ou principal objetivo de economia tributária, que auferir esses valores por sua própria conta e não como agente, administrador fiduciário ou mandatário por conta de terceiro.

Art. 27. A transferência do domicílio fiscal da pessoa física residente e domiciliada no Brasil para país ou dependência com tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado, nos termos a que se referem, respectivamente, os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, somente terá seus efeitos reconhecidos a partir da data em que o contribuinte comprove:

- I ser residente de fato naquele país ou dependência; ou
- II sujeitar-se a imposto sobre a totalidade dos rendimentos do trabalho e do capital, bem como o efetivo pagamento desse imposto.

Parágrafo único. Consideram-se residentes de fato, para os fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, as pessoas físicas que tenham efetivamente permanecido no país ou dependência por mais de 183 (cento e oitenta e três) dias, consecutivos ou não, no período de até 12 (doze) meses, ou que comprovem ali se localizarem a residência habitual de sua família e a maior parte de seu patrimônio.

Art. 28. O § 1º do art. 7º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	7٥	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

§ 1º A base de cálculo das contribuições incidentes sobre prêmios de resseguro cedidos ao exterior é de 15% (quinze por cento) do valor pago, creditado, entregue, empregado ou remetido.

CAPÍTULO V DO REGIME ESPECIAL PARA A INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA - RETAERO

Art. 29. Fica instituído o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO, nos termos desta Lei.

Art. 30. São beneficiárias do Retaero:

- I a pessoa jurídica que produza partes, peças, ferramentais, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas,
 insumos e matérias-primas, ou preste serviços referidos no
 art. 32, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves classificadas na posição 88.02 da Nomenclatura Comum
 do Mercosul NCM;
- II a pessoa jurídica que produza bens ou preste os serviços referidos no art. 32 desta Lei, utilizados como insumo na produção de bens referidos no inciso I.
- § 1º No caso do inciso II, somente poderá ser habilitada ao Retaero a pessoa jurídica preponderantemente fornecedora de pessoas jurídicas referidas no inciso I do caput.
- § 2º Considera-se pessoa jurídica preponderantemente fornecedora, de que trata o § 1º, aquela que tenha 70% (setenta por cento) ou mais de sua receita total de venda de bens e serviços, no ano-calendário imediatamente anterior ao da habilitação, decorrente do somatório das vendas:
- I às pessoas jurídicas referidas no inciso I do
 caput;
- II a pessoas jurídicas fabricantes de aeronaves classificadas na posição 88.02 da NCM; e
 - III de exportação para o exterior.
- § 3º Para os fins do § 2º, exclui-se do cálculo da receita o valor dos impostos e contribuições incidentes sobre a venda.
- § 4º A fruição dos benefícios do Retaero condicionase ao atendimento cumulativo, pela pessoa jurídica, dos seguintes requisitos:

- I ser detentora de Certificado de Homologação de
 Empresa CHE, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil
 ANAC;
- II prévia habilitação na Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- III regularidade fiscal em relação aos impostos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- § 5º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem habilitar-se ao Retaero.
- § 6° À pessoa jurídica beneficiária do Retaero não se aplica o disposto no inciso VII do § 12 do art. 8°, no inciso IV do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e na alínea b do inciso I do § 1° do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.
- § 7º Excetua-se do disposto no § 6º a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, das aeronaves classificadas na posição 88.02 da NCM, que continua sujeita a alíquotas 0 (zero) da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
- § 8º O Poder Executivo disciplinará em regulamento o Retaero.
- Art. 31. No caso de venda no mercado interno ou de importação de bens de que trata o art. 30, ficam suspensos:

- I a exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retaero;
- II a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retaero;
- III o IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Retaero;
- IV o Imposto sobre Produtos Industrializados IPI incidente na importação, quando efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Retaero.
 - § 1º Nas notas fiscais relativas:
- I às vendas de que trata o inciso I do caput, deverá constar a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente;
- II às saídas de que trata o inciso III do caput, deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
- § 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero):
- I após o emprego ou utilização dos bens adquiridos ou importados no âmbito do Retaero, ou dos bens que resultaram de sua industrialização, na manutenção, conservação, moderni-

zação, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves classificadas na posição 88.02 da NCM;

- II após a exportação dos bens com tributação suspensa ou dos que resultaram de sua industrialização.
- § 3º A pessoa jurídica que não utilizar o bem na forma prevista no § 2º fica obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação DI, na condição:
- I de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação e ao IPI incidente no desembaraço aduaneiro de importação;
- II de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.
- § 4º Para efeitos deste artigo, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem por intermédio de pessoa jurídica importadora.
- Art. 32. No caso de venda ou importação de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia destinados a empresas beneficiárias do Retaero, fica suspensa a exigência:
- I da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita da prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando prestados a pessoa jurídica beneficiária do Retaero;

- II da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre serviços, quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Retaero.
- § 1º Nas vendas ou importação de serviços de que trata o caput aplica-se o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º desta Lei.
- § 2º O disposto no inciso I do caput aplica-se também na hipótese de receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, quando contratados por pessoas jurídicas habilitadas ao Retaero.
- § 3º A fruição do benefício de que trata este artigo depende da comprovação da efetiva prestação do serviço para produção, reparo e manutenção de aeronaves classificadas na posição 88.02 da NCM.
- Art. 33. A habilitação ao Retaero pode ser realizada em até 5 (cinco) anos, contados da data da vigência desta Lei.

Parágrafo único. Os benefícios de que tratam os arts. 31 e 32 desta Lei podem ser utilizados nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data de habilitação no Retaero.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da Concessão de Crédito para o Fundo da Marinha Mercante

Art. 34. Fica a União autorizada a conceder crédito aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), para viabilizar o financiamento de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM.

- § 1º Para a cobertura do crédito de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do agente financeiro do FMM, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.
- § 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no caput.
- § 3º As condições financeiras e contratuais para a concessão do crédito de que trata o *caput*, inclusive a remuneração a que fará jus a União, serão idênticas àquelas concedidas pelo FMM, conforme estabelece o Conselho Monetário Nacional CMN.
- § 4º Os recursos decorrentes do crédito de que trata o caput serão alocados a cada agente financeiro do FMM, conforme dispuser o CDFMM.
- Art. 35. Os agentes financeiros do FMM poderão recomprar da União, a qualquer tempo, os ativos porventura dados em contrapartida aos créditos de que trata o art. 34, a critério do Ministro de Estado da Fazenda.
- Art. 36. O CMN estabelecerá condições financeiras diferenciadas de financiamento, considerando os percentuais para os conteúdos nacional e importado das embarcações a serem construídas com recursos do FMM e desta Lei.

Seção II

Da Letra Financeira e do Certificado de Operações Estruturadas

Art. 37. As instituições financeiras podem emitir Letra Financeira - LF, título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação.

Art. 38. A Letra Financeira será emitida exclusivamente sob a forma escritural, mediante registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes características:

I - a denominação "Letra Financeira";

II - o nome da instituição financeira emitente;

III - o número de ordem, o local e a data de emissão;

IV - o valor nominal;

V - a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

VI - a cláusula de correção pela variação cambial, quando houver;

VII - outras formas de remuneração, inclusive baseadas em índices ou taxas de conhecimento público, quando houver;

VIII - a cláusula de subordinação, quando houver;

IX - a data de vencimento;

X - o local de pagamento;

XI - o nome da pessoa a quem se deve pagar;

XII - a descrição da garantia real ou fidejussória, quando houver;

XIII - a cláusula de pagamento periódico dos rendimentos, quando houver.

§ 1º A Letra Financeira é título executivo extrajudicial, que pode ser executado independentemente de protesto, com base em certidão de inteiro teor dos dados informados no registro, emitida pela entidade administradora do sistema referido no caput.

- § 2º A Letra Financeira pode, dependendo dos critérios de remuneração, gerar valor de resgate inferior ao valor de sua emissão.
- § 3º A transferência de titularidade da Letra Financeira efetiva-se por meio do sistema referido no caput deste artigo, que manterá registro da sequência histórica das negociações.
- Art. 39. A distribuição pública de Letra Financeira observará o disposto pela Comissão de Valores Mobiliários.
- Art. 40. A Letra Financeira pode ser emitida com cláusula de subordinação aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, na hipótese de liquidação ou falência da instituição emissora.

Parágrafo único. A Letra Financeira de que trata o caput pode ser utilizada como instrumento de dívida, para fins de composição do capital da instituição emissora, nas condições especificadas em regulamento do CMN.

- Art. 41. Incumbe ao CMN a disciplina das condições de emissão da Letra Financeira, em especial os seguintes aspectos:
- I o tipo de instituição financeira autorizada à sua emissão;
- II a utilização de índices, taxas ou metodologias de remuneração;
- III o prazo de vencimento, não inferior a 1 (um)
 ano;
- IV as condições de resgate antecipado do título, que somente poderá ocorrer em ambiente de negociação competitivo, observado o prazo mínimo de vencimento; e

V - os limites de emissão, considerados em função do tipo de instituição financeira.

Art. 42. Aplica-se à Letra Financeira, no que não contrariar o disposto nesta Lei, a legislação cambial.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil produzirá e divulgará, para acesso público por meio da internet, relatório anual sobre a negociação de Letras Financeiras, com informações sobre os mercados primário e secundário do título, condições financeiras de negociação, prazos, perfil dos investidores e indicadores de risco, quando houver.

Art. 43. As instituições financeiras podem emitir Certificado de Operações Estruturadas, representativo de operações realizadas com base em instrumentos financeiros derivativos, nas condições especificadas em regulamento do CMN.

Seção III

Da Concessão de Crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Art. 44. O *caput* do art. 1º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 180.000.000.000,00 (cento e oitenta bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

....."(NR)

Art. 45. Do montante adicional de R\$ 80.000.000.000,000 (oitenta bilhões de reais) resultante da aplicação do art. 44 desta Lei, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) deverá ser

repassado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES às micro, pequenas e médias empresas.

Seção IV Das Alterações no Programa Minha Casa, Minha Vida e da Criação do CNPI

11.977 redação

	Art. 46. Os arts. 6°, 11, 13, 20 e 30 da Lei nº
,	de 7 de julho de 2009, passam a vigorar com a seguinte
:	
	"Art. 6°
	I - facilitar a aquisição, produção e re-
	qualificação do imóvel residencial; ou
	"Art. 11. O Programa Nacional de Habitação
	Rural - PNHR tem como finalidade subsidiar a produção
	de moradia aos agricultores familiares, definidos nos
	termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de
	2006, e trabalhadores rurais.
	"Art. 13
	I - facilitar a produção do imóvel residen-
	cial;
	•••••
	§ 3º Para definição dos beneficiários do
	PNHR, devem ser respeitadas, exclusivamente, as fai-
	xas de renda, não se aplicando os demais critérios
	estabelecidos no art. 3°."(NR)
	"Art. 20
	§ 1º As condições e os limites das cobertu-
	ras de que tratam os incisos I e II deste artigo se-
	rão definidos no estatuto do FGHab, que poderá esta-

belecer os casos em que será oferecida somente a cobertura de que trata o inciso II.

..... "(NR)

"Art. 30. As coberturas do FGHab, descritas no art. 20, serão prestadas às operações de financiamento habitacional nos casos de:

- I produção ou aquisição de imóveis novos em áreas urbanas;
- II requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; ou
- III produção de moradia no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.
- § 1º A contratação das coberturas de que trata o *caput* está sujeita às seguintes condições:
- I os valores de financiamento devem obedecer aos limites definidos no estatuto do Fundo;
- II a cobertura do FGHab está limitada a um único imóvel financiado por mutuário no âmbito do SFH; e
- III a previsão da cobertura pelo FGHab deve estar expressa em cláusula específica dos contratos celebrados entre os agentes financeiros e os mutuários.
- § 2º O estatuto do FGHab definirá o prazo das coberturas oferecidas pelo Fundo."(NR)
- Art. 47. Fica instituído o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas Impedidas de Operar com os Fundos e Programas Habitacionais Públicos ou Geridos por Instituição Pública e com o Sistema Financeiro da Habitação CNPI.

- § 1º À Caixa Econômica Federal incumbe desenvolver, implantar, gerir, organizar e operar o CNPI, bem como divulgar a Relação Nacional de Pessoas Impedidas de Operar com os Fundos e Programas Habitacionais e com o Sistema Financeiro da Habitação RNPI.
- § 2º As instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação SFH e as que operam com os fundos e programas habitacionais públicos ou geridos por instituição pública encaminharão à Caixa Econômica Federal, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, os dados, documentos e informações necessários à instrução do procedimento de inclusão ou exclusão das pessoas físicas e jurídicas do CNPI.
- § 3º Podem ser incluídos no CNPI, na forma do regulamento, por se recusarem a assumir o ônus da recuperação do imóvel que, previamente vistoriado, acuse vício de construção, ou por não cumprirem suas obrigações contratuais no tocante a prazos estabelecidos para entrega da obra:
- I o construtor, seja pessoa física ou jurídica, bem como seus sócios e diretores, e os responsáveis técnicos pela empresa ou pela obra; ou
- II a sociedade construtora, no caso das sociedades regidas pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como seus diretores e acionistas controladores, e os responsáveis técnicos pela empresa ou pela obra.
- § 4º Salvo disposição contratual em contrário, os nomes dos avalistas ou fiadores de operação de financiamento habitacional não serão incluídos no CNPI.
- § 5º Ficam impedidas de operar com os fundos e programas habitacionais públicos ou geridos por instituição pública e com o SFH, além das pessoas incluídas no CNPI na forma



- do § 3º, as empresas que possuam como sócio, diretor, acionista controlador ou responsável técnico pessoa física incluída no CNPI.
- § 6° O impedimento previsto no § 5° abrange qualquer forma de operação que envolva recursos do SFH ou dos fundos e programas habitacionais públicos ou de gestão pública.
- § 7º Fica extinta a Relação de Pessoas Impedidas de Operar com o SFH RPI, devendo os registros nela existentes ser transferidos para o CNPI.
- § 8º A regulamentação do CNPI ficará a cargo do Conselho Monetário Nacional CMN.

Seção V Das Taxas e Demais Disposições

- Art. 48. É instituída a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta.
 - Art. 49. Considera-se, para fins desta Lei:
- I prêmio retido: prêmio emitido menos as restituições e as cessões de risco;
- II sinistro retido: sinistro total menos os sinistros correspondentes a cessões de risco: e
- III provisão técnica: montante detido pelo segurador ou ressegurador visando a garantir os riscos assumidos no contrato.
- Art. 50. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de que trata esta Seção é o exercício do poder de polícia atribuído à Superintendência de Seguros Privados SUSEP.
- Art. 51. São contribuintes da Taxa de Fiscalização de que trata esta Seção as sociedades seguradoras, resseguradores

locais e admitidos, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

- § 1º Excetuam-se do disposto no *caput* as sociedades seguradoras que operam seguro saúde.
- § 2º Incluem-se no *caput* as sociedades cooperativas autorizadas a operar em seguros privados, na forma estabelecida na legislação em vigor.
- Art. 52. Os valores da Taxa de Fiscalização, expressos em reais, apuram-se com base na tabela constante do Anexo I.

Parágrafo único. Para efeito do enquadramento nas faixas indicadas na tabela do Anexo I, a Base de Cálculo da Taxa de Fiscalização - BCTF corresponde à margem de solvência na forma abaixo:

- I para as sociedades seguradoras que operam com seguro de pessoas - produtos de vida de acumulação: 8% (oito por cento) do total das provisões técnicas e fundos relacionados aos seguros de vida caracterizados como produtos de acumulação somados, no caso dos demais seguros de pessoas, ao maior dos 2 (dois) valores abaixo:
- a) 20% (vinte por cento) do total dos prêmios retidos dos 12 (doze) meses anteriores; ou
- b) 33% (trinta e três por cento) da média anual dos sinistros retidos dos 36 (trinta e seis) meses anteriores;
- II para as seguradoras que operam com seguros de
 danos, o maior dos 2 (dois) valores abaixo:
- a) 20% (vinte por cento) do total dos prêmios retidos dos 12 (doze) meses anteriores; ou
- b) 33% (trinta e três por cento) da média anual dos sinistros retidos dos 36 (trinta e seis) meses anteriores;

- III para as sociedades seguradoras que operam simultaneamente com seguros de danos e pessoas: o somatório dos valores dos incisos I e II;
- IV para as sociedades seguradoras e as entidades abertas de previdência complementar que operam previdência complementar aberta: 8% (oito por cento) do total das provisões técnicas e fundos relacionados aos planos de previdência;
- V para as sociedades de capitalização: 8% (oito por cento) do total das provisões técnicas;
- VI para efeito de enquadramento nas faixas indicadas na tabela constante do Anexo I, a margem de solvência dos resseguradores locais será calculada pela soma dos resultados obtidos nos incisos I e II;
- VII para os resseguradores admitidos, fica estabelecido valor de taxa única, conforme tabela constante do Anexo
 I.
- Art. 53. A Taxa de Fiscalização de que trata esta Seção será recolhida trimestralmente até o último dia útil do primeiro decêndio dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

Parágrafo único. Para apuração da Taxa de Fiscalização devida, serão obedecidos os seguintes critérios:

- I no mês de janeiro, a apuração será feita com base nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho do exercício anterior;
- II nos meses de abril e julho, a apuração será feita com base nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro do exercício anterior; e

III - no mês de outubro, a apuração será feita com base nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho do exercício corrente.

Art. 54. Os contribuintes não enquadrados nos critérios desta Lei recolherão a Taxa de Fiscalização com base na menor faixa de cada ramo ou atividade em que estiverem autorizados a operar.

Art. 55. A Taxa de Fiscalização não recolhida no prazo fixado será acrescida de juros e multa de mora, calculados nos termos da legislação federal aplicável aos tributos federais.

Art. 56. Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa e executados judicialmente pela Procuradoria Federal junto à Susep.

Art. 57. Os débitos relativos à Taxa de Fiscalização podem ser parcelados, a juízo do Conselho Diretor da Susep, de acordo com os mesmos critérios do parcelamento ordinário de tributos federais estabelecidos no art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 58. A Taxa de Fiscalização de que trata esta Seção será recolhida ao Tesouro Nacional, em conta vinculada à Susep, mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, por intermédio de estabelecimento bancário integrante da rede credenciada.

Art. 59. A Taxa de Serviços Metrológicos, instituída pelo art. 11 da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, passa a vigorar com os valores constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 60. Não se sujeitam a retenção do imposto de renda na fonte os valores pagos, creditados ou remetidos a

pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinadas:

- I à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais; e
- II ao pagamento de despesas relacionadas com serviços turísticos.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Executivo fixar o limite máximo para os pagamentos, créditos ou remessas de que trata o caput.

Art. 61. Os atos concessórios de drawback cujos prazos máximos tenham sido prorrogados nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979, com vencimento em 2010, ou nos termos do art. 13 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, poderão, em caráter excepcional, ser objeto de nova prorrogação por período de 1 (um) ano.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. Esta Lei entra em vigor:

- I na data de sua publicação, produzindo efeitos:
- a) a partir da regulamentação e até 31 de dezembro de
 2011, em relação ao disposto nos arts. 6º a 14;
- b) a partir de 1º de janeiro de 2010, em relação ao disposto nos arts. 15 a 17;
- c) a partir de 1º de abril de 2010, em relação aos arts. 28 e 59; e
- d) a partir de 16 de dezembro de 2009, em relação aos demais dispositivos;

II - em 1° de janeiro de 2010, produzindo efeitos a partir de 1° de abril de 2010, em relação ao disposto nos arts. 48 a 58.

Art. 63. Ficam revogados:

- I a partir de 1º de abril de 2010:
- a) a Lei n° 7.944, de 20 de dezembro de 1989;
- b) o art. 2º da Lei nº 8.003, de 14 de março de 1990;
- c) o art. 112 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; e
 - d) a Lei n° 10.829, de 23 de dezembro de 2003;
 - II a partir da publicação desta Lei:
- a) o parágrafo único do art. 74 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;
- b) o art. 2° da Lei n° 6.704, de 26 de outubro de 1979.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2010.

Deputado MARCELO ORTIZ
Relator



ANEXO I

TABELA DE ENQUADRAMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO				
		TAXA DE FISCALIZAÇÃO		
RAMO E/OU ATIVIDADE	FAIXAS DE MARGEM DE SOLVÊNCIA	MATRIZ	POR UF Em que o estabelecimento opere adicionalmente	
	Abaixo de 4.143.500	16.242,52	812,14	
	De 4.143.500 a 16.574.000	32.485,04	1.624,25	
	Mais de 16.574.000 a 82.700.000	64.970,08	3.248,50	
Pessoas	Acima de 82.700.000 a 248.610.000	129.940,16	6.497,01	
	Acima de 248.610.000 a 745.830.000	153.143,76	7.657,19	
	Acima de 745.830.000	176.347,36	8.817,37	
	Abaixo de 4.143.500	16.242,52	812,14	
	De 4.143.500 a 16.574.000	32.485,04	1.624,25	
	Acima de 16.574.000 a 82.700.000	64.970,08	3.248,50	
Danos	Acima de 82.700.000 a 248.610.000	129.940,16	6.497,01	
	Acima de 248.610.000 a 745.830.000	153.143,76	7.657,19	
	Acima de 745.830.000	176.347,36	8.817,37	
	Abaixo de 4.143.500	32.485,04	1.624,28	
	De 4.143.500 a 16.574.000	64.970,08	3.248,50	
	Acima de 16.574.000 a 82.700.000	129.940,16	6.497,01	
Todos os Ramos	Acima de 82.700.000 a 248.610.000	258.880,32	12.994,02	
	Acima de 248.610.000 a 745.830.000	306.287,52	15.314,38	
	Acima de 745.830.000	352.694,72	17.634,74	
	Abaixo de 4.143.500	16.242,52	812,14	
	De 4.143.500 a 16.574.000	32.485,04	1.624,25	
	Acima de 16.574.000 a 82.700.000	64.970,08	3.248,50	
Previdência Privada Aberta	Acima de 82.700.000 a 248.610.000	129.940,16	6.497,01	
	Acima de 248.610.000 a 745.830.000	153.143,76	7.657,19	
	Acima de 745.830.000	176.347,36	8.817,37	
	Abaixo de 4.143.500	16.242,52	812,14	
	De 4.143.500 a 16.574.000	32.485,04	1.624,25	
	Acima de 16.574.000 a 82.700.000	64.970,08	3.248,50	
Capitalização	Acima de 82.700.000 a 248.610.000	129.940,16	6.497,01	
	Acima de 248.610.000 a 745.830.000	153.143,76	7.657,19	
	Acima de 745.830.000	176.347,36	8.817,37	



	Abaixo de 4.143.500	74.716,32	
	De 4.143.500 a 16.574.000	149.431,18	
	Acima de 16.574.000 a 82.700.000	298.862,37	
Ressegurador Local	Acima de 82.700.000 a 248.610.000	597.724,74	
	Acima de 248.610.000 a 745.830.000	704.461,30	
	Acima de 745.830.000	811.197,86	
Ressegurador Admitido		18.674,08	



ANEXO II

TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS METROLÓGICOS

Seção 1
Verificação inicial e verificação subsequente

	Verificação inicial e verificação s			
	AD /		Valor R\$	
Código	OBJETO	Verificação Subsequente	Verificação Inicia	
	Pesos			
	Pesos da classe de exatidão M			
1	até 50 g	1,70	1,70	
2	de 100 g até 1 kg	3,90	3,90	
3	de 2 kg até 10 kg	6,80	6,80	
4	de 20 kg até 50 kg	12,10	12,10	
5	Ajuste dos pesos códigos 001 a 004 com câmara de ajustagem	5,20	5,20	
	Pesos das classes de exat	idão M2 e M1		
11	até 1kg e quilate	5,70	5,70	
12	de 2 kg até 10 kg	11,50	11,50	
13	de 20 kg até 50 kg	19,60	19,60	
15	ajuste dos pesos códigos 011 a 013 com câmara de ajustagem	9,00	9,00	
	Pesos das classes de exa	tidão F2 e F1		
21	até 50 g	12,90	12,90	
22	de 100 g até 1kg	20,00	20,00	
23	de 2 kg até 10 kg	33,10	33,10	
24	de 20 kg até 50 kg	49,10	49,10	
25	ajuste dos pesos códigos 021 a 024 com câmara de ajustagem	17,40	17,40	
	Pesos da classe de ex	atidão E2		
31	até 50 g	45,10	45,10	
32	de 100 g até 1 kg	55,40	55,40	
33	de 2 kg até 50 kg	97,20	97,20	
	Instrumentos de medição de massa específica, densi	•	•	
Observa	ação: termômetros incorporados serão calculados confo			
51	Picnômetro	57,40	57,40	
52	Esfera de massa específica	119,70	119,70	
53	Sacarímetro	292,50	292,50	
	Densímetros com temperatura de referência de 20°C e v	alor de uma divisão iç	gual a 0,5 g/L	
	Para 3 pontos de e	nsaio	<u> </u>	
61	uma unidade	25,00	25,00	
62	a partir da 2ª unidade, cada unidade	18,00	18,00	
63	a partir da 20 ^ª unidade, cada unidade	10,00	10,00	
	Para 5 pontos de e	· ·	•	
64	uma unidade	34,00	34,00	
65	a partir da 2ª unidade, cada unidade	24,00	24,00	
66	a partir da 20 ^a unidade, cada unidade	19,00	19,00	
D	Densímetros com temperatura de referência de 20°C e con			
	Para 3 pontos de e			
	uma unidade	45,00	45,00	
67				



		00.00	22.22
69	a partir da 20ª unidade, cada unidade	20,00	20,00
74	Para 5 pontos de en		FF 00
71	uma unidade	55,00	55,00
72	a partir da 2ª unidade, cada unidade	42,00	42,00
73	a partir da 20ª unidade, cada unidade	30,00	30,00
74	Densímetro com outras temperaturas de referência e/ou outros valores de uma divisão	Α	Α
	Indicador de teor alcoólico – densímetro		
77	termocompensado	40,00	15,00
78	Lactodensímetro	18,00	18,00
79	Condutivímetro térmico	A	A
	Medidas para avaliação de cereais e s	ementes oleaginosas	}
80	Medidor de umidade de grãos	292,50	292,50
	Instrumentos de pesager		
	Instrumentos de pesagem não automáticos (a carga se re		náxima Max)
	Instrumento da classe de exati		
101	até 5 kg	195,40	64,60
102	acima de 5 kg	248,00	81,80
	Instrumento da classe de exatidão I (especial), com va		
	faixas.		
103	até 5 kg	207,30	68,00
104	acima de 5 kg	265,00	86,70
	Instrumento de pesagem da classe	,	,
105	até 5 kg	67,00	22,10
106	acima de 5 kg até 50 kg	102,70	34,00
107	acima de 50 kg até 350 kg	180,10	59,50
	Sem dispositivo indic		,
108	até 5 kg	39,10	11,90
	Instrumento de pesagem da classe de exatidão II (fina) com valores de divi	são múltiplos ou
	múltiplas faixas		
109	múltiplas faixas com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas	76,50	25,50
109 111	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas		25,50 39,10
	,	76,50	•
111	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg	76,50 115,50 197,10	39,10 64,60
111	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg	76,50 115,50 197,10	39,10 64,60
111 112	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exa	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d	39,10 64,60 ordinária)
111 112 121	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exa até 5 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50	39,10 64,60 ordinária) 13,60
111 112 121 122	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exa até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50 87,00	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00
111 112 121 122 123	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50 87,00 119,00	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00
111 112 121 122 123 124	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50 87,00 119,00 210,00	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00
111 112 121 122 123 124 125	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50 87,00 119,00 210,00 310,00	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00
111 112 121 122 123 124 125 126	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exataté 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50 87,00 119,00 210,00 310,00 486,00	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00
111 112 121 122 123 124 125 126 127	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exataté 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 50 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg acima de 12.000 kg até 31.000 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (d 42,50 87,00 119,00 210,00 310,00 486,00 775,00	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00
111 112 121 122 123 124 125 126 127	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 50 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 50 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg acima de 12.000 kg até 31.000 kg acima de 31.000 kg até 81.000 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (designature e IV) (desig	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00
111 112 121 122 123 124 125 126 127	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 31.000 kg acima de 31.000 kg até 81.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (designature e IV) (desig	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00
111 112 121 122 123 124 125 126 127 128 129	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 31.000 kg acima de 31.000 kg até 81.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (decimal e pesos curs	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00 ores
111 112 121 122 123 124 125 126 127 128 129	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg acima de 31.000 kg até 31.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg sem dispositivo indicador, de plataforma até 5 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (decimal e pesos curs	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00 ores
111 112 121 122 123 124 125 126 127 128 129	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg acima de 12.000 kg até 31.000 kg acima de 31.000 kg até 81.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg acima de 81.000 kg até 50 kg acima de 5 kg até 50 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (decimal e pesos curses 22,10 310,50 15,50 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70 15,70	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00 ores 6,80 11,90 23,80
111 112 121 122 123 124 125 126 127 128 129	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exat até 5 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg acima de 12.000 kg até 31.000 kg acima de 31.000 kg até 81.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 5 kg até 50 kg acima de 5 kg até 50 kg	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (december 10,00) 119,00 210,00 310,00 486,00 775,00 953,00 1.524,00 decimal e pesos curs 22,10 35,70 71,40 III (média) e IV (ordin	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00 ores 6,80 11,90 23,80
111 112 121 122 123 124 125 126 127 128 129	com valores de divisão múltiplos ou múltiplas faixas acima de 5 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de examaté 5 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 50 kg até 350 kg acima de 350 kg até 1.500 kg acima de 1.500 kg acima de 1.500 kg até 4.900 kg acima de 4.900 kg até 12.000 kg acima de 12.000 kg até 31.000 kg acima de 31.000 kg até 81.000 kg acima de 81.000 kg até 200.000 kg acima de 81.000 kg até 50 kg acima de 50 kg até 350 kg Instrumentos de pesagem das classes de exatidão	76,50 115,50 197,10 idão III (média) e IV (december 10,00) 119,00 210,00 310,00 486,00 775,00 953,00 1.524,00 decimal e pesos curs 22,10 35,70 71,40 III (média) e IV (ordin	39,10 64,60 ordinária) 13,60 29,00 39,00 68,00 102,00 160,00 255,00 314,00 503,00 ores 6,80 11,90 23,80



137	acima de 50 kg até 350 kg	135,90	44,20
138	acima de 350 kg até 1.500 kg	241,20	79,90
139	acima de 1.500 kg até 4.900 kg	355,00	117,00
141	acima de 4.900 kg até 12.000 kg	555,00	184,00
142	acima de 12.000 kg até 31.000 kg	913,00	300,00
143	acima de 31.000 kg até 81.000 kg	1.144,00	377,00
144	acima de 81.000 kg até 200.000 kg	1.829,00	603,00
	Dispositivos adicio	onais	
145	cada memória de dados eletrônicos	25,50	8,50
146	cada proteção de estabilidade para impressão em instrumentos até 50 kg	17,00	5,10
147	cada proteção de estabilidade para impressão em instrumentos acima de 50 kg	37,40	11,90

Observação: ensaios de compatibilidade de módulos na forma de ensaio de condição serão computados por apropriação

Instrumentos com vários dispositivos medidores ligados a um receptor de carga, para receptor e dispositivo medidor com a maior carga máxima ensaiada com valor segundo os códigos 105 a 108 e 121 a 133.

	Cada seguinte dispositivo medidor de carga			
151	acima de 50 kg até 350 kg	17,00	5,10	
152	acima de 350 kg até 1.500 kg	30,60	10,20	
153	acima de 1 500 kg até 2.900 kg	45,90	15,30	
154	acima de 2.900 kg até 12.000 kg	74,70	25,50	
155	acima de 12.000 kg até 31.000 kg	149,50	49,30	
156	acima de 31.000 kg até 81.000 kg	249,70	81,50	
157	acima de 81.000 kg até 200.000 kg	373,80	122,30	

Instrumentos de pesagem da classe de exatidão III. Divisões - valor adicional aos códigos 121 até 133 - será computado por apropriação para ensaio dos padrões

Instrumentos de pesagem automáticos (a carga se refere sempre à carga máxima Max)

Observação:

1. Os códigos de instrumentos de pesagem não automáticos incluem os instrumentos de controle e classificadores e os instrumentos totalizadores descontínuos que são ensaiados apenas estaticamente.

2. Está incluído nos valores o exame de impressoras e memórias de dados de medição.

	Metros comerciais e medidas materializadas de comp		III) com ou sem	
	graduação.			
201	até 2 m	4,50	4,50	
202	até 2 m , a partir da 41ª unidade	2,30	2,30	
203	acima de 2 m até 5 m	15,70	7,80	
204	acima de 5 m até 20 m	30,60	22,10	
205	acima de 20 m	80,90	57,40	
206	Metros de precisão e medidas materializadas de comprimento, classe I, rígidas, com uma ou várias graduações	73,50	52,10	
	Metros de precisão e medidas materializadas flexíveis, com uma ou várias g		lasse I,	
207	até 20 m	166,80	166,80	
208	acima de 20 m	338,10	338,10	
211	Máquinas industriais de medição de comprimento	143,10	101,50	
212	Máquinas de medição para venda de fios e cabos a varejo	81,50	27,20	
213	Máquinas de medição para venda de fios e cabos a varejo, a partir da 2ª unidade	58,50	19,30	



	Instrumentos de medição no trânsito			
	Instrumentos de medição em veículos			
222	Taxímetros	37,50	37,50	
225	Opacímetros de fluxo parcial	203,90	68,00	
226	Medidores de gases de exaustão veicular	305,80	101,50	
Observ	ração: Para códigos 225 e 226 instrumentos combinados se	rão computados com	o dois instrumentos	
individ				
	Instrumentos para supervisão pú	blica do trânsito		
231	Medidor de carga de roda, para carga de roda individual	136,40	45,10	
232	Medidor de carga de roda, para carga de roda aos pares	193,70	63,90	
233	Instrumentos de pesagem de veículos em movimento	Α	Α	
234	Frenômetros	195,00	97,50	
235	Medidores de velocidade (estáticos, portáteis e móveis)	720,00	720,00	
236	Medidores de velocidade fixos - cada faixa de trânsito	390,00	390,00	
237	Cronotacógrafos - até 10 unidades, cada unidade	149,00	149,00	
238	Cronotacógrafos - a partir da 11ª unidade, cada unidade	-	81,50	
239	Cronotacógrafos - a partir da 101ª unidade, cada unidade	-	61,00	
243	Etilômetros - até 10 unidades, cada unidade	575,00	575,00	
244	Etilômetros - a partir da 11ª unidade, cada unidade	424,70	424,70	
245	Etilômetros - a partir da 51ª unidade, cada unidade	281,00	281,00	
247	Medidor de transmitância luminosa	206,00	206,00	
	Instrumentos de medição de temperatura	– Termômetros	,	
	Faixa de temperatura de 0°C			
251	até 05 unidades, cada unidade	23,00	23,00	
252	a partir da 6ª unidade, cada unidade	13,00	13,00	
253	a partir da 20ª unidade, cada unidade	10,00	10,00	
254	a partir da 50 ^a unidade, cada unidade	7,00	7,00	
	Faixa de temperatura de -60°C até 0°C e m			
255	até 05 unidades, cada unidade	41,00	41,00	
256	a partir da 6ª unidade, cada unidade	20,00	20,00	
257	a partir da 20 ^ª unidade, cada unidade	13,00	13,00	
258	a partir da 50 ^a unidade, cada unidade	9,00	9,00	
	Faixa de temperatura de 200°		0,00	
259	até 05 unidades, cada unidade	58,00	58,00	
261	a partir da 6ª unidade, cada unidade	30,00	30,00	
262	a partir da 20 ^a unidade, cada unidade	21,00	21,00	
263	a partir da 50 ^a unidade, cada unidade	13,00	13,00	
	Termômetros em densí		10,00	
264	até 05 unidades, cada unidade	17,00	17,00	
265	a partir da 6ª unidade, cada unidade	8,50	8,50	
266	a partir da 20ª unidade, cada unidade	5,10	5,10	
267	com quatro ou mais pontos de ensaio	Α	A A	
	Instrumentos de medição de ve		7.	
	Medidas materializadas de volume e reci		ão	
302	até 5 L	8,50	8,50	
303	acima de 5 L até 50 L	20,40	20,40	
304	acima de 50 L até 200 L	30,60	30,60	
305	acima de 200 L até 1.000 L	49,25	49,25	
	acima de 1.000 L : cada seguinte 1.000 L completado	·	·	
306	(adicional ao 305)	44,15	44,15	
	Determinação do volume por transferência de rec	cipiente de medição n	nontado em	
I	,		-	



	local fixo, com graduação, para	um volume total	
311	até 2 m ³	-	637,80
312	acima de 2 m ³ até 5 m ³	-	1.086,00
313	acima de 5 m³ até 10 m³	-	1.484,60
314	a partir de 10 m³: ao código 313 cada adicional 10 m³	-	204,00
315	de 100 m ³	-	3.313,00
316	a partir de 100 m ³ : ao código 315 cada adicional 100 m ³	-	1.120,00
	Arqueação de tanque na forma de cilindro vertical ser	m arqueação da planta	
	para um volume to		,
321	até 50 m ³	-	2.038,80
322	acima de 50 m³ até 500 m³	-	3.262,00
323	acima de 500 m ³ até 5.000 m ³	-	4.619,40
324	acima de 5.000 m³ até 50.000 m³	-	7.339,50
325	acima de 50.000 m ³	-	11.009,00
	Teto ou selo flutuante do tanque, pa	ara um volume total.	
331	até 50 m ³	-	1.359,20
332	acima de 50 m³ até 500 m³	-	2.191,70
333	acima de 500 m³ até 5.000 m³	-	3.160,00
334	acima de 5.000 m ³ até 50.000 m ³	-	3.466,00
335	acima de 50.000 m ³	-	4.665,60
	Arqueação de tanque na forma de cilindro h	norizontal sem arquea	ção da
	planta de canalização, para ur	n volume total.	
341	até 25 m ³	-	2.038,80
342	acima de 25 m³ até 50 m³	-	2.446,50
343	acima de 50 m³ até 75 m³	-	3.058,10
344	acima de 75 m³ até 100 m³	-	3.873,60
345	acima de 100 m³ até 200 m³	-	5.300,80
346	acima de 200 m ³	-	6.116,30
	Arqueação de planta de canaliz	zação de tanque	
347	até 5 tanques	-	4.893,00
348	acima de 5 tanques, por tanque	-	815,50
	Arqueação de tanques e	esféricos	
351	até 1 000 m ³	-	4.503,50
352	acima de 1.000 m ³ até 5.000 m ³	-	5.119,00
353	acima de 5.000 m ³	-	5.937,20
	Arqueação de tanques de e	embarcação	
354	até 50 m³	-	6.552,80
355	acima de 50 m³ até 100 m³	-	6.962,00
356	acima de 100 m³ até 200 m³	-	8.487,00
357	acima de 200 m³ até 1.000 m³	-	11.464,00
358	acima de 1.000 m ³	-	13.924,00
359	Medidor automático de nível de líquidos para tanques	Α	Α
	fixos de Armazenagem		
	Veículos tanques ferroviário e rodoviário, recipiente cada compartimento de medição, par		rtaveis,
361	até 4.000 L	135,00	135,00
362	acima de 4.000 L até 6.000 L	160,00	160,00
363	acima de 6.000 L até 8.000 L	213,00	213,00
364	acima de 8.000 L até 10.000 L	267,00	267,00
365	acima de 0.000 L até 10.000 L	534,00	534,00
366	acima de 10.000 L até 40.000 L	825,00	825,00
300	4011114 40 20:000 E 416 T0:000 E	023,00	020,00



367	acima de 40.000 L	1.630,00	1.630,00		
368	Dispositivo de referência adicional. Cada dispositivo	130,00	130,00		
	Instrumentos de medição para volume de líquidos, exceto água				
	Instalação de medição (medidores volumétricos)				
371	Sistema de medição de óleo lubrificante até 50 L/min	102,00	34,00		
	Bomba medidora para cor	nbustíveis			
372	acima de 20 L/min até 100 L/min	132,50	42,50		
373	acima de 100 L/min até 500 L/min	161,40	54,35		
	Sistema de medição em veío	culos tanque			
374	até 500 L/min	485,90	159,70		
375	acima de 500 L/min	652,40	215,80		
	Sistema de medição d	e leite			
376	acima de 100 L/min até 500 L/min	343,20	113,30		
377	acima de 500 L/min até 1.000 L/min	453,50	150,30		
Ins	trumentos de medição para volume de líquidos, exceto águ	ıa (ensaios realizados	s em laboratório)		
	Tipo deslocamento positiv				
1001	até DN 50	720,00	600,00		
1002		960,00	800,00		
1003		1.440,00	1.200,00		
1004	Acima de DN 150 até DN 200	1.800,00	1.500,00		
1005	Acima de DN 200 até DN 300	2.400,00	2.000,00		
1006	Acima de DN 300 até DN 400	3.000,00	2.500,00		
1007	Acima de DN 400 até DN 500	3.600,00	3.000,00		
1008	Acima de DN 500	4.800,00	4.000,00		
	Tipo ultrassônic	0			
1009	até DN 50	1.080,00	900,00		
1010		1.440,00	1.200,00		
1011	Acima de DN 100 até DN 150	1.800,00	1.500,00		
1012	Acima de DN 150 até DN 200	2.400,00	2.000,00		
1013	Acima de DN 200 até DN 300	3.000,00	2.500,00		
1014	Acima de DN 300 até DN 400	3.600,00	3.000,00		
1015	Acima de DN 400 até DN 500	4.800,00	4.000,00		
1016		7.200,00	6.000,00		
	Instrumentos de medição de volume de água (ensaid	s realizados em labo	ratório)		
	Tipo velocimétrico, volumétrico ou	oscilação fluídica.			
391	Até DN 20	11,80	4,00		
392	Acima de DN 20 à DN 40	15,70	6,50		
393	Acima de DN 40 à DN 60	39,20	13,10		
394	Acima de DN 60 à DN 80	98,00	32,70		
1017		231,25	77,06		
1018	Acima de DN 100	578,10	192,50		
	Com apresentação de no mínir				
395	Até DN 20	10,40	3,20		
396	Acima de DN 20 à DN 40	15,70	5,20		
	Com apresentação de no mínimo 100 unidades				
397	Até DN 20	6,50	2,60		
398	Acima de DN 20 à DN 40	11,80	3,90		
	Tipo eletromagnét				
1019		480,00	400,00		
1020	Acima de DN 50 até DN 100	720,00	600,00		
1021	Acima de DN 100 até DN 150	1.080,00	900,00		



1022	Acima de DN 150 até DN 200	1.260,00	1.050,00
1023	Acima de DN 200 até DN 300	1.680,00	1.400,00
1024	Acima de DN 300 até DN 400	2.100,00	1.750,00
1025	Acima de DN 400 até DN 500	2.520,00	2.100,00
1026	Acima de DN 500	3.600,00	3.000,00
1020	Instrumentos de medição para gás (ensaios rea		
	Tipo diafragma		<u>~,</u>
401	Até 10 m³/h	15,70	5,20
402	Acima de 10 m³/h até 40 m³/h	35,30	11,50
403	Acima de 40 m³/h até 100 m³/h	69,15	23,15
404	Acima de 100 m³/h até 650 m³/h	167,70	55,80
405	Acima de 650 m³/h até 2.500 m³/h	295,60	98,70
703	Com apresentação de no mínim		30,70
406	Até 10 m³/h	12,40	4,10
407	Acima de 10 m³/h até 40 m³/h	27,20	9,00
407	Com apresentação de no mínim		9,00
408	Com apresentação de no minim Até 10 m³/h	9,70	3,30
	Sistema de medição para GNC (ensaios em laboratório	9,70	ა,ას
411	ou in situ)	407,80	407,80
1027	Sistemas de medição e abastecimento de GLP a granel (ensaios em laboratório ou in situ)	510,00	510,00
	Tipo diferencial de pre	essão	
1028	Até DN 50	480,00	400,00
1029	Acima de DN 50 até DN 100	720,00	600,00
1030	Acima de DN 100 até DN 150	1.080,00	900,00
1031	Acima de DN 150 até DN 200	1.260,00	1.050,00
1032	Acima de DN 200 até DN 300	1.680,00	1.400,00
1033	Acima de DN 300 até DN 400	2.100,00	1.750,00
1034	Acima de DN 400 até DN 500	2.520,00	2.100,00
1035	Acima de DN 500	3.600,00	3.000,00
	Tipo rotativo		
1036	Até DN 50	240,00	200,00
1037	Acima de DN 50 até DN 100	360,00	300,00
1038	Acima de DN 100 até DN 150	540,00	450,00
1039	Acima de DN 150 até DN 200	720,00	600,00
1040	Acima de DN 200	900,00	750,00
	Tipo turbina	,	,
1041	Até DN 50	720,00	600,00
1042	Acima de DN 50 até DN 100	960,00	800,00
1043	Acima de DN 100 até DN 150	1.440,00	1.200,00
1044	Acima de DN 150 até DN 200	1.800,00	1.500,00
1045	Acima de DN 200 até DN 300	2.400,00	2.000,00
1046	Acima de DN 300 até DN 400	3.000,00	2.500,00
1047	Acima de DN 400 até DN 500	3.600,00	3.000,00
1048	Acima de DN 500	4.800,00	4.000,00
	Tipo Coriolis		
1049	Até DN 50	720,00	600,00
1050	Acima de DN 50 até DN 100	960,00	800,00
1051	Acima de DN 100 até DN 150	1.440,00	1.200,00
1051	Acima de DN 150 até DN 200	1.800,00	1.500,00
1052	Acima de DN 130 até DN 200 Acima de DN 200 até DN 300	2.400,00	2.000,00
1000	חסוווום של ביוע מנכ ביון שטט	2.700,00	2.000,00



1054	Acima de DN 300 até DN 400	3.000,00	2.500,00		
1055	Acima de DN 400 até DN 500	3.600,00	3.000,00		
1056	Acima de DN 500	4.800,00	4.000,00		
	Tipo ultrassônico				
1057	Até DN 50	1.080,00	900,00		
1058	Acima de DN 50 até DN 100	1.440,00	1.200,00		
1059	Acima de DN 100 até DN 150	1.800,00	1.500,00		
1060	Acima de DN 150 até DN 200	3.000,00	2.500,00		
1061	Acima de DN 200 até DN 300	3.360,00	2.800,00		
1062	Acima de DN 300 até DN 400	3.600,00	3.000,00		
1063	Acima de DN 400 até DN 500	4.800,00	4.000,00		
1064	Acima de DN 500	7.200,00	6.000,00		
	Computador de Vazão para Líg				
1065	Tipo 1	1.440,00	1.200,00		
1066	Tipo 2	1.080,00	900,00		
	Conversores eletrônicos de vol				
1067	Tipo 1	1.080,00	900,00		
1068	Tipo 2	720,00	600,00		
	Termômetro clínico de líquio	do em vidro			
458	Até 50 unidades, cada unidade.	-	1,50		
459	A partir da 51ª unidade, cada unidade.	-	1,00		
461	A partir da 1.201ª unidade, cada unidade.	-	0,50		
462	A partir da 10.001ª unidade, cada unidade.	-	0,20		
	Termômetro clínico digital fixo de dimensões re	eduzidas, no órgão m			
463	Até 50 unidades, cada unidade.	-	2,00		
464	A partir da 51ª unidade, cada unidade.	-	1,20		
465	A partir da 1.201ª unidade, cada unidade.	-	0,60		
466	A partir da 10.001ª unidade, cada unidade.	-	0,20		
	Termômetro clínico digital fixo de dimensões red	uzidas, no fabricante	_		
467	Até 50 unidades, cada unidade.	-	1,00		
468	A partir da 51ª unidade, cada unidade.	-	0,60		
469	A partir da 1.201 ^a unidade, cada unidade.	-	0,30		
470	A partir da 10.001ª unidade, cada unidade.	-	0,10		
	Os códigos 458 a 470 são referentes à realização de verific				
	verificação inicial individual, será cobrado o valor referen	nte a até 50 unidades	, para cada unidade		
	verificada.		uta dan		
470	Esfigmomanômetro no órgão metrológico o	_			
472	Até 10 unidades, cada unidade.	9,00	9,00		
473	A partir da 101ª unidade, cada unidade.	5,40	5,40		
474 475	A partir da 101ª unidade, cada unidade. A partir da 300ª unidade, cada unidade.	4,20	4,20		
4/3	,	2,90	2,90		
176	Esfigmomanômetro no loc Uma unidade				
476 477	A partir da 2ª unidade, cada unidade.	34,00			
4//	Instrumentos de medição para ener	14,60			
	Medidor de energia elétrica diretamente ligado para ener		poronto etá 1 kV de		
	tensão nominal, com a inclusão dos ensaios de medidor				
	medição e um totalizador de tarifa); para medidor c		•		
	transformador de medição (por exemplo medidor de el				
	caixa), o valor será computado para cada				
	Medidor monofásico de corre				
481	Até 20 unidades	36,00	12,50		
		00,00			



	T	T				
482	A partir da 21ª unidade	22,70	8,00			
483	A partir da 100ª unidade	20,00	6,90			
484	A partir da 1.000 ^a unidade	17,00	5,90			
	Medidor polifásico de corrente alternada					
485	Até 20 unidades	45,22	15,16			
486	A partir da 21ª unidade	30,20	10,20			
487	A partir da 100 ^a unidade	25,10	8,20			
488	A partir da 1.000 ^a unidade	22,00	7,30			
489	Medidor transformador de medição	40,30	40,30			
Observ	3	,				
	alores dos códigos 481 a 489 valem para o ensaio de medio	lores base (composto	de um dispositivo			
	lição e um totalizador de tarifa).	(
	medidor combinado, direto ou como medidor transformado	or de medicão (por ex	remplo medidor de			
	n ativa ou reativa em uma mesma caixa), o valor será compu					
	Dispositivos adicionais para medide		<u></u>			
	Dispositivo multitarifa e dispositivo tarifa máxima, por tota		or canal de medicão			
491	Em ensaio metrológico	13,50	4,40			
492	Em controle de funções	4,60	1,70			
	Dispositivo de medição de excesso de consumo de		•			
493	energia	13,50	4,40			
	Ensaios adicionais em medidores de eletricid	ade e dispositivos ad	licionais			
	ponto de ensaio metrológico adicional (ex. ensaio de					
494	duas direções de energia, entrada e saída de impulso),	13,40	4,40			
	cada ensaio					
	controle de função adicional outras características (ex.					
495	bloqueio de retrocesso, comando de saída, comando de	4.60	1,70			
495	entrada, registro de resultado, armazenamento de dados,	4,60	1,70			
	indicador eletrônico		ĺ			
496	Verificação de bancadas de medidores de energia elétrica	Α	Α			
	Outros instrumentos de medição e o	dispositivos				
501	Manômetros	46,50	15,30			
502	Instrumento de medição multidimensional	Α	Α			
503	Medidor de nível de som	625,20	205,60			
504	Caminhões para carga sólida	148,00	148,00			
505	Instrumentos de medição especiais	A	A			
	Seção 2					
	Outras atividades					
	Autorização de postos de ensaio e auto	overificadores				
	Autorização oficial de postos de ensaios e					
801	autoverificadores para instrumentos de medição previsto	_	Α			
	em Resolução do Conmetro.		1			
Observ		l				
	uyao. ropriação de custo do serviço de autorização é estabelecid	a por tipo de instrum	ento de medicão			
	ropriação de custo do serviço de autorização não contempl					
	nentos padrão e bancadas de ensaio. Para isso, será compu					
	ropriação de custo do serviço de autorização não contempl					
	a de lotes de instrumentos já ensaiados. Para isso, deverão					
	s do serviço por instrumento.	. 551 55115u1tuu05, 116	Julia Canola, OS			
Jourgo.	Autorização suplementar ou modificação no posto de	ensaio ou no autove	rificador			
	para modificação de escopo ou alteração da capacidade	Silvais ou no autove				
806	produtiva	-	1.830,00			
Observ						
	,					



- 1 Os custos dos ensaios dos instrumentos padrão e bancadas de ensaio para a modificação/alteração não estão contidos no valor. Para isso será computado valor adicional por apropriação de custos.
- 2. Os custos para a verificação de amostra de lotes de instrumentos já ensaiados não estão incluídos nos valores. Para isso deverão ser consultados, nesta tabela, os códigos do serviço por instrumento.

Supervisão de postos de ensaio oficialmente autorizados e de autoverificadores					
811	até 1.500 instrumentos de medição	-	2.350,00		
812	acima de 1.500 até 4.000 instrumentos de medição	-	3.590,00		
813	acima de 4.000 até 10.000 instrumentos de medição	-	4.570,00		
814	acima de 10.000 até 50.000 instrumentos de medição	-	5.880,00		
815	acima de 50.000 até 150.000 instrumentos de medição	-	7.840,00		
816	acima de 150.000 instrumentos de medição	-	9.800,00		
Observaçõe					

- Observação:
- 1. Os valores serão computados a cada serviço prestado, conforme periodicidade determinada no Regulamento Técnico Metrológico-RTM específico.
- Os valores dos serviços não contemplam os custos dos ensaios dos instrumentos padrão e bancadas de ensaio. Para isso, será computada apropriação referente ao serviço solicitado.
- 3. Os custos para a verificação de amostra de lotes de instrumentos já ensaiados não estão incluídos nos valores. Para isso, deverão ser consultados, nesta tabela, os códigos do serviço por instrumento.

4. A quantidade de instrumentos indicada se refere à produção anual autorizada.

Outros procedimentos de autorização e supervisão					
884	Supervisão de dispositivos adicionais e auxiliares	-	205,00		
885	Supervisão do volume de enchimento de recipientes para consumo imediato de bebidas, por lote.	-	Α		
887	Fornecimento de certificados e tabelas	-	Α		
888	Utilização de marca de autoverificação para cada 100 unidades.	-	100,00		
889	Fornecimento de marca de reparo, cada unidade.	-	1,50		
891	Utilização de marca de ensaio para posto de ensaio, cada 100 unidades.	-	100,00		
892	Utilização de carga numérica fornecida para numeração identificadora de postos de ensaio, cada 100 unidades	-	100,00		
893	Utilização de carga numérica fornecida para numeração identificadora de autoverificadores, cada 100 unidades	-	100,00		
894	Autorização e supervisão de serviços de reparo e manutenção de oficinas de esfigmomanômetros e de taximetros.	-	350,00		
895	Autorização e supervisão de serviços de reparo e manutenção de oficinas para os demais instrumentos	-	550,00		
	Apreciação Técnica de Modelo				
896	Apreciação técnica de modelo de instrumentos ou sistemas de medição e medidas materializadas	-	Α		
897	Fornecimento de relatório de exame preliminar de dispositivo indicador R\$85,00	-	-		
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

Seção 3

Disposições Gerais

- 1. A inclusão de novos instrumentos regulamentados observará o tempo de serviço em relação ao valor fixado para a hora de serviço de R\$203,00 (duzentos e três reais).
- Para os códigos assinalados com a letra A e para os serviços não contemplados nesta tabela, os valores serão determinados por apropriação de custo, observando o valor da hora de serviço de R\$203,00 (duzentos e três reais).
- 3. A realização dos serviços está condicionada à apresentação do comprovante de pagamento da respectiva taxa de serviços metrológicos.



4. A verificação voluntária deve ser cobrada conforme o valor da taxa metrológica correspondente ao código do instrumento, bem como, de acordo com as despesas com diárias, passagens e deslocamentos, caso ocorram.